



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe - 26/07/2016

Sintrase negocia restituição de valores cortados

Em audiência, representantes do Sintrase e do Governo do Estado discutiram sobre o corte de ponto dos salários dos servidores administrativos da Secretaria de Estado da Educação (Seed), em virtude da greve ocorrida no último mês de junho. No encontro, ocorrido na tarde dessa segunda-feira, 25, no Ministério Público Estadual, o promotor da 6ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, Cláudio Roberto Alfredo de Sousa, esclareceu aos presentes que o Ministério Público pode propor que haja reposição das horas não trabalhadas.

“A proposta mais razoável do MPE seria essa, a de pagamento para não prejudicar os servidores; porém, com a reposição dos dias parados para não prejudicar o Estado. Seria uma recom-

posição de interesses do Estado e dos servidores”, explicou.

O promotor ainda explicou que cada servidor pode entrar com uma ação individual, mas que a ação do sindicato, que é a entidade representativa da categoria, já abrange todos os servidores.

• Sobre o corte

Cláudio Roberto explicou também sobre o corte referente a todos os dias da paralisação, que começou em 8 de junho e foi encerrada em 4 de julho. “Técnicamente falando pela lei, o não pagamento dos dias parados não é a partir da declaração da ilegalidade, ela é a partir da adesão à greve. O Supremo Tribunal Federal (STF) manda aplicar por analogia essa ação da iniciativa privada e, perante o ordenamento,

a ação do Governo não foi ilegal”, afirmou o promotor, reforçando a declaração de que o corte do ponto efetuado pelo Governo tem sustentação jurídica, já que houve decretação de ilegalidade da greve no último dia 1º.

• Negociação

O promotor faz questão de deixar claro que “na audiência de hoje (ontem) é que o MPE tomou ciência que o sindicato já oficiou o governo duas vezes (em ofícios enviados à Secretaria de Planejamento - Seplag - e Casa Civil no início do mês, sobre fim da greve e pedido de abertura de diálogo e negociação sobre corte de ponto)”, revelou o promotor.

Ainda conforme Cláudio Roberto, “se esse pagamento vai ser feito ou não é o Governo do Estado quem vai, através do

órgão consultivo dele, deliberar”, disse.

Ele alertou também que qualquer ação do MPE iniciada neste momento não vai ser mais rápida que as ações já impetradas até o presente momento, já que uma nova audiência está agendada para agosto.

• Sintrase

O presidente do sindicato, Diego Araujo, explicou a atuação do Sintrase perante a situação em que se encontram vários servidores, e afirmou que a entidade não esteve inerte desde o bloqueio. O líder sindical lamentou que a situação real, sobre as ações realizadas pelo sindicato desde o encerramento da greve e as negociações com o Governo, não foram passadas para a Promotoria.